

# MEMÓRIA, PRINCIPADO E ADRIANO NA *VITA DIVI AUGUSTI* DE SUETÔNIO

Filipe N. da Silva\*

**RESUMO:** Este artigo pretende, por um lado, analisar a *Vida de Augusto* na obra de Suetônio visando nela identificar elementos que nos permitam associá-la ao domínio da memória do Principado Romano no século II da Era Comum. Por outro lado, objetiva-se observar, a partir da mesma obra, os possíveis aspectos que podem estar relacionados mais precisamente ao governo do imperador romano Adriano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Suetônio; Principado Romano; Augusto; Memória; Biografia.

## REMEMBRANCE, PRINCIPATE AND HADRIAN IN SUETONIUS' *VITA DIVI AUGUSTI*

**ABSTRACT:** This paper aims, on one hand, to analyze Suetonius' *Life of Augustus*. We will recognize on it elements that shall allow us to relate it with the realm of Roman Principate's remembrance at the Second Century A.D. On the other hand, we will observe in this same work the possible aspects that could be accurately linked to the government of the Roman emperor Hadrian.

**KEYWORDS:** Suetonius; Roman Principate; Augustus; Memory; Biography.

---

\* Aluno do Mestrado em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Colaborador do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte. O presente artigo é uma versão revisada e aprimorada da Monografia de Conclusão de Curso apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas em Dezembro de 2012. E-mail: filipinhu\_eh@hotmail.com.

### **Gênero Biográfico: Caráter e Conduta.**

Um artigo jornalístico publicado<sup>1</sup> no ano passado apresenta um impasse jurídico referente à publicação das chamadas 'biografias não-autorizadas' no Brasil. De um lado, a Constituição garante a liberdade de expressão e imprensa: base que legitima a possibilidade de biógrafos e historiadores reconstituírem o passado ou o presente envolvendo atores protagonistas e coadjuvantes. Por outro lado, um artigo do Código Civil defende o direito à privacidade do cidadão e o protege de agressões à sua honra e intimidade, o que dá amparo legal – tanto para os protagonistas narrados nas histórias, quanto para os seus eventuais descendentes – reivindicarem a retirada dos livros históricos e biográficos do mercado numa tentativa desesperada de proteção de uma imagem que é comercializada ao grande público. Essa questão reside precisamente em uma das principais peculiaridades intrínsecas à narrativa biográfica desde a Antiguidade que é a imputação de uma definição de caráter à referida pessoa a partir do emprego de anedotas que reiteram a percepção oferecida pelo biógrafo<sup>2</sup>.

Uiran Gebara da Silva<sup>3</sup>, na esteira de Arnaldo Momigliano, atenta ao fato de que o gênero biográfico<sup>4</sup> - desde as suas possíveis origens no século IV e V antes da Era Comum - desenvolveu como principal meta a descrição de um caráter, de uma personalidade, mesmo coletiva, como a "Vida da Grécia", ou a "Vida do Povo Romano"<sup>5</sup>. Concomitantemente, a

<sup>1</sup> CASTRO, Ruy. "Vovó Cortesã". *Folha de S. Paulo*. 17 de Agosto de 2012. p. A2.

<sup>2</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography. Expanded Edition*. Harvard: University Press, 1993. p. 76.

<sup>3</sup> SILVA, Uiran Gebara. "A escrita biográfica na Antiguidade: uma tradição incerta". *Politéia: História e Sociedade* (UESB). Vitória da Conquista, v.8, n.1, 2008.

<sup>4</sup> Sobre um debate acerca da existência de um gênero biográfico específico na Antiguidade e suas respectivas peculiaridades, vide: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Introdução a Plutarco". In: SUETÔNIO & PLUTARCO. *Vidas de César*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

<sup>5</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. (1993). *Op. Cit.* p.13.

## *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

História na Antiguidade estaria atrelada a um discurso que não visava priorizar importâncias individuais no interior da narrativa, prevalecendo os agentes políticos coletivos, as comunidades políticas atreladas à ação dos gregos, dos bárbaros ou da *polis*<sup>6</sup>.

Embora o termo “biografia” possa nos remeter traiçoeiramente ao período clássico da Antiguidade, essa palavra só foi utilizada no século V da Era Comum e não era utilizada pelos antigos para se referirem ao gênero biográfico em um passado mais remoto<sup>7</sup>. Entre as literaturas da Antiguidade apontadas como identificáveis com a biografia pode-se mencionar: a *bios*, ou *de vita sua* em latim, que, a título de apresentação pode ser conceituada como “um relato que narra a vida de um indivíduo desde o seu nascimento até a sua morte”<sup>8</sup>; o *encomium* que “criado no seio da retórica buscava o elogio e a valorização da personalidade descrita, evitando todos os acontecimentos e características pejorativos”<sup>9</sup> e a *hipomnemata* que é um gênero geralmente associado ao que atualmente chamamos de autobiografia<sup>10</sup>.

As *Vidas* de Suetônio<sup>11</sup> são analisadas pela historiografia enquanto fontes lacunosas, insultuosas e desprovidas de fidedignidade<sup>12</sup>, além de

---

<sup>6</sup> SILVA, Uiran Gebara. *Op. Cit.* p.73.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.67-81.

<sup>8</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. (1993) *Op. Cit.* p. 11.

<sup>9</sup> SILVA, Uiran Gebara. *Op. Cit.* p.69.

<sup>10</sup> Acerca deste último gênero, sua possível relação com a autobiografia e até mesmo a possibilidade de existência desta no mundo greco-romano antigo, por questões metodológicas que fogem de nosso cerne, não discorreremos aqui. Nesse sentido, Uiran Gebara da Silva afirma que “A investigação sobre a biografia grega não remete diretamente ao que se poderia chamar de autobiografia grega. A forma escrita e da técnica investigativa que resulta da *bios* não era compartilhada por aqueles que escreveriam descrições ou narrativas sobre si mesmos”. *Ibidem*, p.74.

<sup>11</sup> Não pretendemos adentrar aqui o debate historiográfico acerca da possibilidade de assimilação, por parte de Suetônio, de uma herança do gênero biográfico desde os peripatéticos. Para tanto, vide: MOMIGLIANO, Arnaldo. (2003) *Op. Cit.* p.44-64.; Sobre a possibilidade de análise das *Vidas* de Suetônio como herdeiras do Antiquarismo desde Varrão, vide: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Bauru: EDUSC, 2004. p.102.; Para a

não possuem uma narrativa cronológica e ignorarem as relações entre o Imperador e Senado: características marcantes, por exemplo, na obra de Cornélio Tácito que respeita uma narrativa histórica cronológica e que é carregada de julgamentos morais sobre essa relação, apresentada na obra sob os termos de “liberdade” e “escravidão” senatorial<sup>13</sup>.

Acreditamos ser necessário matizar essas fundamentações sobre a *De Vita Caesarum* e levar em consideração que em suas biografias Suetônio desenvolve uma representação dos fundadores do Império lançando mão de anedotas que caracterizam o bom ou o mau imperador dentro de um regime político específico: os vícios, virtudes, realizações e excentricidades que as *Vidas* associam aos imperadores estão, em última instância, associadas a um padrão de comportamento governamental que estaria no cerne de um debate antigo entre os romanos sobre o que é e a maneira como deve ser exercido o poder imperial pelo *princeps*<sup>14</sup>.

Nesse sentido, com o intuito de construir uma imagem favorável ou pejorativa<sup>15</sup> dos doze Césares à frente do Império Romano, são enfatizadas

---

análise da hibridez presente na obra de Suetônio entre gêneros biográficos gregos e romanos, vide: BRANDÃO, José Luís Lopes. *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2009. p.22.

<sup>12</sup> EDWARDS, Catharine. “Introduction”. In: Suetonius. *Lives of Caesars*. Translated with an Introduction and Notes by Catharine Edwards. Oxford: University Press, 2008. p.vii.

<sup>13</sup> JOLY, Fábio Duarte. *Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura de Nero*. História. São Paulo, v.24, n.2, p.111-127, 2005. Acerca da ausência da suposta “liberdade senatorial” presente em Tácito e ausente em Suetônio, vide também: WALLACE-HADRILL, Andrew. *Suetonius. The Scholar and His Caesars*. London: Duckworth, 1983. p.110.

<sup>14</sup> EDWARDS, Catharine. *Op. Cit.* p.vii.

<sup>15</sup> WALLACE-HADRILL, Andrew. “The Imperial Court”. In: BOWMAN, A.; [et.al.]. *The Cambridge Ancient History. 2nd Edition, Volume X: The Augustan Empire*. Cambridge: University Press, 2008. p.283-308. “A historiografia republicana foi dominada por senadores, e os historiadores do império eram conscientes herdeiros da tradição republicana. Respeito pelas elites e pelo Senado em particular era um dos critérios pelos quais os imperadores são mais consistentemente elogiados ou condenados [...] As duas principais fontes para o período da dinastia Júlio-Cláudia são Suetônio e Plínio, ambos funcionários imperiais e seus julgamentos e ideais utilizados para a análise dos imperadores não são significativamente diferentes daqueles empregados pelo

## *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

por Suetônio - através de anedotas empregadas ao longo das biografias - as realizações de obras públicas dentro da cidade de Roma (incluindo edifícios e jogos), as medidas tomadas pelos imperadores na Itália e nas províncias, a maneira pela qual o governante se relaciona com as ordens sociais entre senadores, cavaleiros, o povo e os escravos, a maneira pela qual o *princeps* conduz a religião em Roma, a sua forma de exercer a justiça entre os romanos e também a sua apresentação estética para a função política<sup>16</sup>.

Ao descrever a conduta dos imperadores Suetônio recorre a um vocabulário de virtudes para qualificar os Césares, mostrando inclusive aspectos da personalidade individual de cada um. A concordarmos com Bradley<sup>17</sup>, as qualidades aparecem nas *Vidas* como: *abstinentia, civilitas, clementia, comitas, constantia, gravitas, humanitas, indulgentia, liberalitas, moderatio, munificentia, e pietas*. Os vícios que são empregados nas *Vidas* aparecem sob os termos de: *arrogantia, avaritia, crudelitas, cupiditas, rapacitas e saevitia*<sup>18</sup>.

David Konstan<sup>19</sup>, analisando o discurso inerente aos presságios que acompanham as *Vidas dos Césares* (sobretudo a do imperador Tito) argumenta que, de fato, a obra de Suetônio oferece muito pouco para a análise do caráter dos imperadores, entretanto, pode ser vista como uma

---

senador Cornélio Tácito". *Ibidem.*, p.294.

<sup>16</sup> EDWARDS, Catharine. *Op. Cit.*, p.xi.

<sup>17</sup> BRADLEY, K.R. "Introduction". In: SUETONIUS. *The Lives of The Caesars*. Loeb Classical Library. Harvard: University Press, 1998.

<sup>18</sup> Para BRADLEY, K.R. *Op. Cit.*, p.16, o caráter do *princeps* na obra de Suetônio é determinado parcialmente pela hereditariedade, mas, de um modo geral, acompanha a noção de que a personalidade do indivíduo é fixada em seu nascimento e não há modificações até a sua morte. A única variação desse padrão, para o autor, é a que ocorre na *Vida de Calígula*.

<sup>19</sup> KONSTAN, David. "Reading Politics in Suetonius". In: DOMINIK, W.J. [et. al.] *Writing Politics in Imperial Rome*. Boston/Leiden: Brill, 2009. p.447-462. Na esteira de Andrew Wallace-Hadrill (1983) (*Op. Cit.* p.152), David Konstan (p.457) salienta que Suetônio poderia ter atribuído inúmeras virtudes imperiais para os imperadores, entretanto, sua ênfase recai sempre entre as limitadas questões de clemência, civilidade, liberalidade e a contenção do luxo e da luxúria.

## *Filipe da Silva*

fonte fundamental de análise, uma ilustração sobre como o *princeps* e a aristocracia interagiam entre si, propiciando ao leitor a maneira pela qual a política era conduzida dentro da corte imperial<sup>20</sup>.

A despeito das limitações técnicas ou cronológicas que a historiografia atribui à obra, consideramos que a *De Vita Caesarum*, além de fornecer informações relevantes para a análise do Império Romano, pode contribuir também para a análise sobre como o primeiro século do principado romano era rememorado na época em que as biografias foram escritas<sup>21</sup>, durante o governo de Adriano<sup>22</sup> (entre 117 e 138 da Era Comum). Visando a uma perspectiva de análise que justifique não apenas a seletividade<sup>23</sup> da obra de Suetônio, mas também, os fundamentos políticos e sociais que embasam as classificações que são atribuídas ao imperador Augusto nas *Vidas* um século depois de sua morte, procuraremos demonstrar que a memória<sup>24</sup> (e sua respectiva relação com o passado) pode ser uma boa metodologia de leitura para a obra de Suetônio. Ademais, conforme salienta Chartier, “as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”<sup>25</sup>.

---

<sup>20</sup> KONSTAN, David. *Op. Cit.* p.462.

<sup>21</sup> BRADLEY, K.R. *Op. Cit.* p.23.

<sup>22</sup> EDWARDS, Catharine. *Op. Cit.* p.viii.

<sup>23</sup> WALLACE-HADRILL, Andrew. (1983) *Op. Cit.*, p.152.

<sup>24</sup> Cf. BRADLEY, K.R. *Op. Cit.* p.14.

<sup>25</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1988. p.17.

## **Memória como chave de leitura de Suetônio: O presente na narrativa sobre o passado.**

Entre os estudos sobre a memória para as ciências sociais, convém mencionar os trabalhos pioneiros do filósofo francês Henri Bergson (Matéria e Memória) e a interpretação sociológica do fenômeno da memória coletiva de Maurice Halbwachs (*A Memória Coletiva*)<sup>26</sup>. Jacy Seixas<sup>27</sup> atribui à obra de Halbwachs o interesse da historiografia sobre a memória, indicando dois caminhos trilhados pelas fundamentações teóricas: um deles que foi ao sentido de colocar a história enquanto um conhecimento científico em relação ao passado em detrimento das aspirações coletivas de memória, o outro viés procurou historicizar a memória e transformou-a em objeto da História<sup>28</sup>.

Dentro da primeira perspectiva, podemos mencionar Roger Chartier<sup>29</sup> que, na esteira de Paul Ricœur<sup>30</sup>, tratou de estabelecer limites entre história, memória e suas respectivas relações com o passado. Para Chartier é possível distinguir três diferenças fundamentais entre a narrativa histórica e o ato mnemônico: a primeira refere-se à oposição existente entre o testemunho e a natureza indiciária do documento. O historiador não é refém

---

<sup>26</sup> Cf. BÓSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.43-70.

<sup>27</sup> SEIXAS, Jacy Alves. "Percurso de memórias em terras de História: Problemáticas atuais". In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.) *Memória e Ressentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.37-58.

<sup>28</sup> "A memória encontra-se, assim, prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado e do íntimo, transformou-se em objeto e trama da história, em memória historicizada". SEIXAS, Jacy Alves. *Op. Cit.*, p.41.

<sup>29</sup> CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010. p. 21

<sup>30</sup> "Os falsos testemunhos só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis. Ora, o testemunho constitui a estrutura fundamental da transição entre história e memória". RICŒUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.40-41

*Filipe da Silva*

da credibilidade ou não da palavra do testemunho que é substituído pelo exercício da leitura crítica do documento visando atingir vestígios do passado. A segunda oposição é pautada na diferença existente entre o imediatismo da memória e a construção da explanação histórica, ao passo que a terceira distinção pode ser constatada na oposição entre o reconhecimento do passado e representação do passado: enquanto a memória é facultada a uma imediata e suposta fidelidade, a história baseia-se no processamento de documentos, “que são vestígios do passado, e nos modelos de inteligibilidade que constroem sua interpretação”<sup>31</sup>.

A oposição fomentada por Chartier se desenvolve no sentido de evidenciar que tanto a pretensão de verdade da história quanto o regime de crença que governa a memória são irredutíveis: a primeira se inscreve na ordem de um saber científico, enquanto a segunda é guiada por exigências onde a presença do passado no presente é imprescindível para a existência de um determinado coletivo<sup>32</sup>.

A outra perspectiva historiográfica mencionada por Jacy Alves Seixas tem procurado ressaltar os empreendimentos deliberados de reconstrução promovidos pela memória, os quais, de acordo com a autora, respondem a demandas e interesses políticos precisos<sup>33</sup>. A memória aqui se torna objeto de estudo da história que a considera fundamentalmente uma reconstrução do passado de acordo com as pretensões de poder suscitadas pelo tempo presente, o que, para a autora, significa o controle da materialidade onde a memória se expressa: relíquias, monumentos, arquivos, símbolos, rituais, datas e comemorações<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> CHARTIER, Roger. (2010) *Op. Cit.*, p.22.

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. (2010) *Op. Cit.*, p.24.

<sup>33</sup> SEIXAS, Jacy Alves. *Op. Cit.*, p.41.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.42.



### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

Dentro desse viés, é relevante a contribuição de Michael Pollak<sup>35</sup>. Para este autor, o processo de construção das memórias coletivas (sobretudo a memória nacional moderna) se dá em termos de imposição política, é uma forma específica de dominação e, portanto, não pode ser referido em termos de “negociação” ou “comunidade afetiva” como teria mencionado Maurice Halbwachs. Analisando a construção de memórias nacionais, bem como o esquecimento arbitrário exercido por esta em alguns países europeus pós-segunda guerra mundial, o autor argumenta que a memória coletiva tem algumas funções essenciais que são manter a coesão interna, defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, reforçar sentimentos de pertencimento e manter limites sociais de coletividades de tamanhos diferentes, desde uma família até uma nação<sup>36</sup>.

Perspectiva similar é oferecida por Joseph Farrel<sup>37</sup> ao analisar o *De Oratore* de Cícero. Farrel argumenta que a memória é concebida como um processo em que artefatos representando o passado vão constantemente sendo consumidos e reproduzidos, sejam por indivíduos, grupos sociais, atos particulares de reminiscência, comemorações, práticas e ritos<sup>38</sup>. Nessa leitura, enfim, a memória aparece como um fenômeno, um processo pelo qual um ato mnemônico representa uma memória específica do passado em uma forma apropriada para o presente, podendo ainda ser destinada a algum futuro<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. p.3-15.

<sup>36</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, p.9.

<sup>37</sup> FARREL, Joseph. “The Phenomenology of Memory in Roman Culture”. *The Classical Journal*, Vol. 92, No.4 (April – May) 1997. p.373-383.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.375.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.375.

Ao constatar que as memórias são trabalhos seletivos de reconstituição de um passado cujo incentivo e a inteligibilidade estão diretamente atrelados a uma dinâmica do tempo presente, incluímos-nos na perspectiva que analisa a memória enquanto um fundamento político de rememoração do passado e voltamos-nos à *Vida de Augusto* escrita por Suetônio objetivando analisar a maneira pela qual as questões políticas e sociais inerentes ao principado romano nas primeiras décadas do século II da Era Comum servem de referenciais analíticos para o biógrafo escrever e analisar a vida e o governo de Augusto um século depois da sua morte.

Essa obsessão pelo passado (que conforme Pollak descreve, não é necessariamente restrita aos antigos) de acordo com Alain Gowing<sup>40</sup>, era comum entre os romanos e fazia parte da vida política, das celebrações aos mortos, da oratória, das leis, artes, construções, monumentos e também da literatura que, na perspectiva do autor, são suportes de memória.

### **Augusto e o Principado Romano: Limites Externos e Internos de suas Fronteiras.**

A historiografia sobre o poder e soberania do *princeps* no Império Romano apresentou alternativas bem diversas sobre o governo imperial, dentro e fora de Roma<sup>41</sup>. Apresentaremos aqui, na esteira de Willian Vieira<sup>42</sup> e

---

<sup>40</sup> GOWING, Alain. *Empire and Memory. The Representation of Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: University Press, 2005. p.2.

<sup>41</sup> Não pretendemos aqui discorrer sobre, tampouco esgotar *toda* a historiografia do Principado Romano. Para uma boa síntese acerca dessa temática, vide: VIEIRA, Willian Mancini. *Imago Claudii: As Representações de Sêneca, Tácito e Suetônio sobre o Imperador Cláudio e seu Principado*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2012. p.14 - 33 Sobre a ausência do termo *principatus* à época de Augusto, vide: GRUEN, Erich S. "Augustus and the Making of the Principate". In: GALINSKY, Karl. [ed.]. *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: University Press, 2005. p.33-50.

<sup>42</sup> VIEIRA, Willian Mancini. *Op. Cit.*, p.14-33.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

de Kristina Milnor<sup>43</sup>, algumas tendências historiográficas que se dedicaram à tarefa de interpretar o governo do *princeps*. Com o intuito de reconhecemos as vantagens e os limites dessas abordagens, mostraremos também as respectivas críticas que lhe são atribuídas dentro do debate historiográfico.

A primeira interpretação é derivada da pioneira obra de Theodor Mommsen que reconheceu o caráter novo do principado e tratou de estabelecer nas bases republicanas a normatividade da nova ordem. Para tanto, Mommsen prioriza a soberania da legislação republicana que tem como órgão político fundamental o Senado. A usurpação do poder pela força militar teria colocado Augusto no poder *ao lado do Senado*, compondo uma “diarquia”, um estado constitucional onde duas estruturas de organização política incompatíveis convivem lado a lado<sup>44</sup>. Nesse viés, a concordarmos com Winterling, é limitado o poder do imperador que é interpretado por Mommsen, antes de tudo, enquanto uma espécie de cargo de magistratura, subordinado às leis<sup>45</sup>.

Uma segunda vertente, apresentada no texto de Walter Eder argumenta que a transição para o principado foi composta de duas fases em que a atuação de Augusto foi bastante distinta: uma primeira etapa, na qual o *princeps* visou formalmente à restauração das instituições republicanas e, durante um segundo estágio teria atuado no sentido de criar uma idéia de pátria comum a todos os habitantes do império.

O afastamento da ordem legal residiria no fato de Augusto ter obtido tanto o *imperium proconsulare* quanto o *tribunicia potestas*, sendo

---

<sup>43</sup> MILNOR, Kristina. *Gender, Domesticity and the Age of Augustus. Inventing Private Life*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

<sup>44</sup> MOMMSEN, Christian Theodor. “Abriß des römischen Staatsrechts”. *apud*: WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009. p.130.

<sup>45</sup> WINTERLING, Aloys. *Op. Cit.* p.133.

que, este último, na perspectiva do autor é o que mais afasta Augusto da tradição republicana<sup>46</sup>. Para Eder, o apelo, em um primeiro momento à tradição republicana e a elevação ideológica, em um segundo momento, para a idéia de uma pátria permitiu Augusto governar como um monarca e morrer pacificamente como um republicano<sup>47</sup>. Constata-se, portanto, que o poder do *princeps* nesse modelo explicativo, em última instância, reside na capacidade de controle dos exércitos em todas as instâncias (*imperium proconsulare*) e no poder judiciário supremo (*tribunicia potestas*) ao passo que a ilegalidade normativa é compensada pela idéia de pátria<sup>48</sup>.

Consideramos a abordagem de Eder compatível com a apresentada por Fábio Faversani, para quem, nenhuma forma de governo pode existir sem nenhum respaldo de legitimidade: ao avaliar o papel do *princeps* apresentado em Sêneca, Faversani argumenta que o Estado romano é “ao mesmo tempo, um organismo normativo, aparatos institucionais e uma instância sistêmica acatada em certa medida por aqueles que são governados, sem prescindir, contudo, de um aparelho repressivo”<sup>49</sup>.

Uma terceira perspectiva historiográfica prioriza a manutenção do poder imperial a partir da formação de grandes redes de patronato: em *The Imperial Court*<sup>50</sup>, Wallace-Hadrill argumenta que a usurpação militar do

---

<sup>46</sup> EDER, Walter. “Augustus and the Power of Tradition”. In: GALINSKY, Karl. [ed.]. *Op. Cit.*, p.13-32.

<sup>47</sup> Para Eder, Augusto transcendeu as leis com a propagação de uma ideologia patriótica que colocou todos os romanos sob o mesmo *pater patriae* que, desde então, passou a ser visto como primeiro cidadão e também como pai de uma só família romana, inviabilizando os questionamentos acerca da legitimidade do poder do *princeps*. *Ibidem*, p.32.

<sup>48</sup> Para VIEIRA, William M. *Op. Cit.*, p.24-25, esse tipo de análise histórica, onde há a concentração do poder militar nas mãos do *princeps*, pode ser comparado ao modelo explicativo apresentado na obra de Edward Gibbon “*Declínio e Queda do Império Romano*” de 1788.

<sup>49</sup> FAVERSANI, Fábio. “O Estado Imperial e os Pequenos Impérios”. *História*, São Paulo, v.26, n.1, p.53-62, 2007. p.55.

<sup>50</sup> WALLACE-HADRILL, Andrew. (2008) *Op. Cit.*, p.283-308.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

poder culminou na instalação de uma *monarquia* que desenvolveu uma “corte imperial” de onde eram direcionadas todas as relações de patronato com os mais diversos grupos da sociedade.

A corte imperial não pertencia à tradição republicana e não possuía uma legitimação oficial como o Senado, por exemplo. Ao atrair para si todas as linhas do patronato romano, a corte imperial se tornou o espaço de propagação política para todo o Império e, a despeito da heterogeneidade de seus membros e das divergências entre estes, a “corte se tornou um sistema de poder que tendeu à própria perpetuação”<sup>51</sup>. Poucos eram admitidos no *cubiculum principis* e, a proximidade com o imperador garantia aos favorecidos (fossem eles cavaleiros, libertos, mulheres ou senadores) a participação efetiva no poder no Estado. A ambivalência da sociedade de corte, para o autor, reside no fato de que o *princeps* usa sua proximidade na corte com as elites para controlá-las e limitá-las politicamente ao mesmo tempo em que ele próprio é o centro e ordena uma ampla rede clientelística que se estrutura e se reconhece mediante a soberania do imperador<sup>52</sup>.

Para Wallace-Hadrill, a transição para a monarquia foi gradual, o que obrigou a corte dos Júlio-Claúdios a preservarem e dialogarem com as estratificações sociais da *Res Publica*. Em *Civilis Princeps: Between King and Citizen* (1982), o autor argumenta que foi imprescindível para a própria existência de uma realidade autocrática, uma “fachada republicana” que, através da recusa de magistraturas, criava-se a imagem de um *princeps civilis* similar aos outros cidadãos, que respeitava a tradição e os decretos do Senado e dos cidadãos<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.308

<sup>52</sup> *Ibidem*, p.300.

<sup>53</sup> WALLACE-HADRILL, Andrew. “Civilis Princeps: Between King and Citizen”. *Journal of Roman Studies* 72. 1982. p.32-48.

## Filipe da Silva

Para Faversoni, a perspectiva de Wallace-Hadrill não dá conta de exemplificar “como as redes clientelísticas existem a par de outros tipos de relação social que não desapareceram e nem foram substituídas pela clientela”<sup>54</sup>, tampouco leva em consideração que a predominância de um tipo “vertical” de solidariedade não necessariamente exclui os quadros “horizontais” da sociedade<sup>55</sup>. Crítica compatível com a apresentada por Vieira<sup>56</sup> que não vê na obra de Wallace-Hadrill a relevância do Senado dentro desse contexto. Além disso, com base em Tácito, o autor salienta que no ano de 69 da Era Comum, os candidatos imperiais são feitos fora de Roma e com peso decisivo das legiões militares<sup>57</sup>.

A quarta perspectiva que apresentamos é a desenvolvida por Aloys Winterling que, a partir do conceito de “Integração Político-Social” concebe o principado romano enquanto um governo pautado em rupturas e continuidades com a antiga ordem republicana: por um lado se mantiveram as aristocracias senatoriais e as ordens dos cavaleiros que ascendiam no poder através do *cursus honorum*, em contrapartida, ao assumir o poder, o *princeps* trouxe – através das relações de clientela - para o Estado romano pessoas de diversos grupos sociais distintos que passaram a compor a chamada *Aula Caesaris*<sup>58</sup> que, em última instância, era uma corte imperial que existia em paralelo à aristocracia republicana. São os efeitos paradoxos e as latentes contradições

---

<sup>54</sup> FAVERSANI, Fábio. *Op. Cit.*, p.54.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p.60.

<sup>56</sup> VIEIRA, Willian Mancini. *Op.Cit.*, p.21.

<sup>57</sup> VIEIRA, Willian Mancini. *Op.Cit.*, p.21.

<sup>58</sup> Para Winterling, de Augusto em diante, o círculo de amizades do imperador passou a ter uma divisão tripartite: um primeiro séquito de pessoas que acompanhavam diariamente o *princeps* (descritos como seus *familiares*, *intimi* ou *proximi amicorum*); um segundo grupo de pessoas com quem o governante interagiu em um nível social convidando-os para jantares e visitas; e um terceiro grupo que tem sido apontado em pesquisas mais recentes sobre essa temática, que é composto por todos os senadores e cavaleiros a quem era permitido a presença na saudação imperial. Cf. WINTERLING, Aloys. *Op. Cit.*, p.91.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

dessas duas formas de organização política e social interdependentes – ainda que não necessariamente incompatíveis – que compõem as fontes acerca do principado romano, como a *lex de imperio Vespasiani*, por exemplo, que atesta simultaneamente tanto a validade quanto a obsolescência da ordem legal legada pela república<sup>59</sup>.

Para Winterling, a interdependência entre a ordem política e a estratificação social, a “Integração Político-Social” não permitiu que o *princeps* abolisse as velhas instituições republicanas, o Senado e as magistraturas que continuaram a existir dentro do principado: em última instância o imperador dependia de senadores para comando de suas legiões, para o governo de suas províncias e para cargos como a prefeitura de Roma. Ao mesmo tempo, novas estruturas de organização política culminaram em um novo centro de poder que cresceu na corte do imperador, criando um paradoxo, uma duplicação da ordem política e social, inviabilizando, segundo o autor, qualquer interpretação do principado que analise “Estado” e “Sociedade” separadamente porque o próprio funcionamento da ordem política republicana estava indissociavelmente calcado na estratificação social<sup>60</sup>.

Convém atentar ao fato de que essas matrizes historiográficas acabam por negligenciar a participação feminina dentro de questões políticas do Império. Ademais, constata-se uma preocupação metodológica da historiografia que tem sido desenvolvida no sentido de não transpor as conclusões alcançadas a partir das representações do gênero feminino no âmbito aristocrático para as populações femininas menos abastadas do Império<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, p.33.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p.30-33.

<sup>61</sup> FEITOSA, Lourdes Conde. “Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: A Antiguidade em Nossos Dias”. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.48-49, p.119-135, 2008. Editora UFPR.

## *Filipe da Silva*

Assim, de acordo com Lourdes Feitosa, ao passo que alguns estudos contemplam a mulher popular “em atividades como taberneiras, tecelãs, vendedoras, cozinheiras, perfumistas, açougueiras, enfermeiras, entre outros”, igualmente tem-se reconhecido, na historiografia, a presença das mulheres abastadas no meio de “políticas de benefícios e de construções públicas; no apoio financeiro a jogos e na distribuição de alimentos; nas relações sociais, desenvolvidas por meio de sistemas de clientela e no gerenciamento familiar”<sup>62</sup>.

Kristina Milnor, por exemplo, argumenta que o advento de Augusto proporcionou uma sincronização entre os critérios de público e privado<sup>63</sup> no âmbito imperial devido ao fato de que o *princeps* é um governante visto e registrado enquanto um *privatus*, portanto, proveniente de fora do sistema político vigente<sup>64</sup>. De acordo com a autora, se o governo Romano se propunha a encontrar um caminho para Roma após a guerra civil, se imaginar como uma comunidade de valores morais compartilhados foi a integridade moral da esfera doméstica que ofereceu a tradição, a virtude e a base para tal fim. Se, por um lado, as linguagens domésticas passaram a fazer parte da agenda pública, da mesma forma, a privacidade do imperador passou a ser moralizada publicamente<sup>65</sup>.

Nesse contexto, a ideia da casa enquanto um domínio distante da vida pública e política (e, por conseguinte, espaço do confinamento feminino às tarefas domésticas) tem sido amplamente questionada nas produções historiográficas: tanto no que tange às mulheres da alta sociedade, quanto

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.126-127.

<sup>63</sup> Para uma discussão sobre público, privado e imperial, vide: WINTERLING, Aloys. *Op. Cit.* p.58-76.

<sup>64</sup> MILNOR, Kristina. *Op. Cit.* p.25-27.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p.27.



### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

nas casas menores, onde, inclusive sob o ponto de vista arqueológico, tem-se constatado que, em alguns casos, em algumas casas pompeianas, homens e mulheres conviviam e compartilhavam do mesmo modo de vida e trabalho<sup>66</sup>

Para Milnor a domesticidade da política romana é uma das principais características do principado de Augusto e a imagem da mulher carrega consigo um potencial simbólico mediador entre os ideais cívicos e domésticos, conduzindo a uma “feminização” do espaço, tanto em nível literário, quanto na cultura material proveniente desse período, passando desde as obras de Cícero, Ovídio, Virgílio e do próprio Augusto, até os pórticos, representações iconográficas e numismáticas, arquitetura e construções urbanas onde a representação feminina emerge enquanto o ponto de intersecção entre o discurso público e a vida imperial privada<sup>67</sup>.

Consideramos que as fundamentações de Winterling e dos outros autores descuidam em tratar as relações entre Roma com as províncias do Império, conduzindo a uma abordagem “romanocêntrica” do principado. Com o intuito de superar (ainda que brevemente) essa marginalização, apresentamos algumas propostas teóricas que contemplam a consolidação e manutenção do poder romano em relação às províncias. O livro de Clifford Ando<sup>68</sup> chama a atenção para a importância da comunicação tanto escrita quanto simbólica (em documentos e éditos oficiais, representações dos imperadores junto de suas dinastias, cunhagens em moedas) exercida por Roma em relação às províncias do Império. A socialização da ideologia imperial pela linguagem, seja ela lida ou escutada, nesse contexto, é o meio

---

<sup>66</sup> FEITOSA, Lourdes Conde. *Amor e Sexualidade. O Masculino e o Feminino nos Grafites de Pompéia*. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2005. p.32.

<sup>67</sup> MILNOR, Kristina. *Op. Cit.* p.47-48.

<sup>68</sup> ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.

## *Filipe da Silva*

de interação social que ia do imperador a todos os habitantes das províncias do Império Romano, colocando todos sob a tutela do mesmo rei que era governante da mesma pátria.

A obediência dos provinciais era assegurada em uma relação com as elites locais que resultava no compartilhamento, por parte dos romanos, da riqueza e do poder àqueles líderes locais que eram submetidos<sup>69</sup>. Conforme enfatizado por Norberto Guarinello<sup>70</sup>, nas cidades provinciais só foram admitidos como governantes os habitantes mais ricos que mantinham relações harmônicas com Roma que regia a hierarquia social dentro dessas sociedades.

Spawforth<sup>71</sup> salienta que através de alianças com as elites locais gregas, Augusto, nas primeiras décadas do principado, propôs uma revitalização da moral e dos valores sociais dos provinciais gregos a partir de referenciais de virtudes romanos<sup>72</sup>. O autor argumenta que Augusto e outros moralistas republicanos compartilhavam da idéia de que, tanto a *Res Publica* quanto a sociedade romana como um todo – e aqui a imagem da mulher corrompida é fundamental – teriam sofrido influências negativas do convívio com os novos gregos “asiáticos, afeminados e dominados como mulheres”<sup>73</sup>, daí a suposta necessidade de imposição do “classicismo augustano” visando a aculturação dos provinciais gregos.

Para o autor, essas políticas visavam à negociação com as elites provinciais gregas e preconizavam a tentativa, por parte do *princeps*, do

---

<sup>69</sup> *Ibidem*, p.5

<sup>70</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. “Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio”. *Mare Nostrum*, v.1, p.113-127, 2010. p.126.

<sup>71</sup> SPAWFORTH, A.J.S. *Greece and the Augustan Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p.1-58.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.8.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

ressurgimento de uma Grécia clássica, não-oriental e que durante o seu período áureo (entre os séculos IV e V a.C.) não tinha ainda se contaminado com as influências asiáticas “orientais e decadentes”<sup>74</sup>. A concordarmos com Spawforth, a reformulação do espaço urbano na cidade de Nicopolis, bem como a imposição de um padrão para a oratória grega entre as elites foram domínios onde Augusto manifestou a sua oposição à “orientalização” da Grécia a partir da idéia de que eram os romanos quem faziam a cultura grega melhor do que os próprios gregos<sup>75</sup>. Em relação à Alexandria e aos Ptolomeus, Spawforth afirma que Augusto não reviveu suas glórias e tampouco os fez centro cultural do Helenismo: ao contrário, foram concebidos pelo *princeps* enquanto derrotados, humilhados e passados forçadamente do controle real para o imperial na condição de província romana<sup>76</sup>.

### **Augusto e o Principado na obra de Suetônio**

A concordarmos com Erich Gruen, embora o termo *princeps* fosse comum ao tempo de Augusto e empregado em obras como as de Horácio, Propércio, Ovídio e na própria *Res Gestae*, nenhum contemporâneo de Augusto utilizou *principatus* para referir-se a uma forma de governo específico<sup>77</sup>. Para o autor, Augusto não ocupou nenhum cargo onde estivesse à frente de um “Principado”, que é uma construção posterior presente na obra de Tácito, por exemplo<sup>78</sup>.

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, p.18.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p.32.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p.233-234.

<sup>77</sup> GRUEN, Erich S. *Op. Cit.* p.33-34.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.34.

## *Filipe da Silva*

O governo de Augusto, a nova ordem do principado e a ruptura com o regime de governo anterior, são apresentados por Suetônio<sup>79</sup> nos seguintes termos:

E, constituídos os seus exércitos desde essa época, primeiramente governou a República com M. Antônio e M. Lépido, depois, apenas com Antônio, por quase doze anos; afinal, sozinho, por quarenta e quatro anos<sup>80</sup>.

A distinção estabelecida por Suetônio entre a *Res Publica* e o principado não se manifesta no modo pelo qual este é denominado (Principado, Império ou República), mas sim, na maneira pela qual o poder é exercido, individualmente ou de maneira “coletiva”. Um outro trecho de Suetônio reitera essa perspectiva:

Pensou por duas vezes em renunciar o comando da República: primeiramente quando esmagou Antônio, lembrado de que ele o acusara muitas vezes de ser obstáculo à sua restauração; fê-lo novamente desgastado por uma doença, quando informou o estado do governo às autoridades convocadas e ao senado. Mas, julgando que seria arriscado voltar a ser um simples particular e que a República seria temerariamente submetida ao arbítrio de muitos, perseverou em conservar o poder. É difícil dizer o que foi melhor: o resultado ou a intenção. (...) Ele próprio se fez cumpridor de sua promessa com toda sorte de esforços, para que a ninguém desagradasse a *nova situação*<sup>81</sup>. (Grifos nossos)

---

<sup>79</sup> A tradução do texto de Suetônio para o português utilizada ao longo desse artigo é de autoria de Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos: SUETÔNIO; AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto. Textos de Suetônio e Augusto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Para a consulta ao texto em latim e sua respectiva tradução em inglês, servi-me da edição publicada pela Loeb Classical Library, traduzida por J.C. Rolfe: SUETONIUS. *Lives of Caesars*. Loeb Classical Library. Harvard/Cambridge/London: Harvard University Press, 1998.

<sup>80</sup> SUET. *Aug.* VIII.2-3.

<sup>81</sup> SUET. *Aug.* XXVIII.1-2.

## *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

A nova situação, traduzida do trecho *ne quem novi status paeniteret*, atesta a percepção, por parte de Suetônio – e quiçá de seus contemporâneos – da fundação de uma nova forma de governo sob Augusto e, portanto, a ruptura (ao menos parcialmente) com a velha ordem republicana e o estabelecimento de um poder que não é restrito às carreiras de magistraturas.

Conforme já fora salientado por Winterling<sup>82</sup>, o principado romano é uma forma paradoxal de governo, que coloca *tête-à-tête* dois modelos político-sociais distintos, no qual o *cursus honorum* da República coexiste com a nova sociedade de corte instaurada pelo *princeps*, a chamada *Aula Caesaris*. Suetônio, ao narrar a vida de Augusto demonstra em várias ocasiões a coexistência dessas duas bases de poder: fator que nos possibilita constatar que nas primeiras décadas do século II da Era Comum os referenciais para se interpretar o governo do *princeps* estão atrelados à essa contradição. Sobre a relação com o Senado, instituição soberana no período republicano, e com a relevância político-social dessa ordem, Suetônio afirma que Augusto:

Fez tornar o grupo crescente de senadores, uma turba disforme e confusa – pois eram mais de mil, alguns indigníssimos e aceitos depois da morte de César por favor ou recompensa, a quem o povo chamava de *orcini* - ao antigo número e honradez através de duas seleções: a primeira a critério deles mesmos, em que um homem elege outro; a segunda a seu critério e de Agripa.(...) Forçou alguns a terem a decência de pedirem desligamento de suas funções e conservou, até mesmo para os que se afastavam, a insígnia da veste senatorial e o direito de assistirem os espetáculos na orquestra e tomarem parte no banquete público<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> WINTERLING, Alloys. *Op. Cit.*, p.30-33.

<sup>83</sup> SUET. *Aug.* XXXV.1-3.

## *Filipe da Silva*

Além da existência da instância máxima de poder do período republicano, há a questão da interferência, primeiro com César e depois com Augusto e Agripa sobre essa instituição, mas, de maneira nenhuma, há evidências acerca da extinção da mesma. Para Wallace-Hadrill<sup>84</sup>, os senadores eram acolhidos na Cúria enquanto o Palatino se tornou um local de convivência da nova corte imperial. A concordarmos com Winterling<sup>85</sup>, o fato de Augusto receber os membros do Senado e da *Aula Caesaris* em lugares distintos, se deve à tentativa de evitar conflitos entre as duas castas. Sobre a recepção dos senadores, Suetônio menciona que Augusto:

Nos dias de reunião do senado, nunca saudou os senadores a não ser no recinto da cúria, e os que lá estavam sentados designando pelo nome um a um sem que ninguém o lembrasse; também ao partir se despedia da mesma forma dos que tinham tomado assento<sup>86</sup>.

O conflito proveniente do convívio entre o Senado e o governo de principado instituído por Augusto aparece em Suetônio, também, sob os seguintes termos:

Foi-lhe dito no Senado, enquanto tomava a palavra: “não entendi” e, por outro, “eu falaria contra ti, se pudesse”. Por vezes retirava-se da cúria irado em razão das disputas excessivas dos que deliberavam, alguns lhe disseram que era permitido e necessário aos senadores discutir sobre a república. Antístio Labeão, durante a escolha dos senadores, escolheu M. Lépidio, outrora inimigo de Augusto e, naquele momento, exilado, e foi interrogado por ele se não haveria outros mais dignos, ao que respondeu que cada um tem sua opinião. Nem por isso a liberdade

---

<sup>84</sup> WALLACE-HADRILL, Andrew. (2008). *Op. Cit.*, p.286.

<sup>85</sup> WINTERLING, Alloys. *Op. Cit.*, p.85.

<sup>86</sup> SUET. *Aug.* LIII.3.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

ou a franqueza constituiu motivo de desgraça para quem quer que fosse<sup>87</sup>.

Novamente há evidências de que o *princeps* não dissolveu o Senado. E as divergências entre os senadores e o imperador são oriundas da própria estrutura contraditória do principado, onde, a última palavra é a do *princeps*, entretanto, ela precisa coexistir, ainda que simbolicamente, com a dos senadores.

Na *Vita Divi Augusti* também é retratada a convivência de Augusto com a corte imperial. A *Aula Caesaris* era a outra instância de poder (não oficial perante o *cursus honorum*) que também influenciava o *princeps* em seu governo. Com efeito, libertos, estrangeiros, mulheres, senadores e outros tipos sociais, também chamados de *convivas*, são retratados convivendo na proximidade dos imperadores durante o principado e também influenciando na maneira como a política deveria ser exercida. Suetônio destaca como as redes clientelísticas eram exercidas e como os seus próximos, inclusive mulheres, influenciavam na vida política:

Escreveu a Tibério, que lhe rogava a cidadania em favor de um seu cliente grego, que não a concederia a não ser que ele em pessoa o persuadissem das causas suficientemente justas que tinha para pedi-la; negou-a também a Lívia, que a rogava em favor de um certo tributário gaulês, mas ofereceu-lhe imunidade fiscal, afirmando que mais facilmente suportaria que algo lhe fosse subtraído ao erário do que a vulgarização da honra da cidadania romana<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> SUET. *Aug.* LIV.1.

<sup>88</sup> SUET. *Aug.* XL.3-4.

*Filipe da Silva*

Embora Suetônio não descreva a convivência com libertos pejorativamente, é bastante explícita a preocupação do *ab epistulis* com a não-subversão da hierarquia social por parte de Augusto. Sobre a proximidade do *princeps* com os libertos, Suetônio salienta que: “Ele mesmo assistia aos espetáculos de circo, na maioria das vezes, dos camarotes dos amigos e libertos e, eventualmente, do camarote imperial, sentado com a esposa e os filhos”<sup>89</sup>, e que também:

Oferecia banquetes completos com freqüência, mas nunca sem cuidadosa seleção dos convidados e de suas ordens. Valério Massala diz que jamais algum liberto foi admitido a um banquete seu, exceto Mena, mas declarado livre depois de ter denunciado a esquadra de Sexto Pompeu <sup>90</sup>.

Se as relações com os senadores eram conflituosas, a relação com os membros da *Aula Caesaris* também apresentam divergências: informação histórica que nos permite questionar a eficácia das redes de clientelismo propostas por Wallace-Hadrill<sup>91</sup>.

Conforme Fav ersani<sup>92</sup> e Hölkeskamp<sup>93</sup> (em sua análise sobre a República) já procuraram evidenciar, as redes de clientelismo se desenvolviam tanto em nível social horizontal (entre iguais) quanto vertical (entre diferentes). Sobre os possíveis conflitos entre Augusto e os seus libertos, Suetônio afirma que o imperador:

---

<sup>89</sup> SUET. *Aug.* XLV.1.

<sup>90</sup> SUET. *Aug.* LXXIV.1.

<sup>91</sup> WALLACE-HADRILL, Andrew. (2008). *Op. Cit.*, p.300.

<sup>92</sup> FAVERSANI, Fábio. *Op. Cit.*, p.53-62.

<sup>93</sup> HÖLKEKAMP, Karl-Joachim. *Reconstructing the Roman Republic: An Ancient Political Culture and Modern Research*. Princeton: University Press, 2010. p.36-38.



### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

Foi um patrono e senhor não menos severo do que bondoso e, clemente, teve grande estima e amizade por muito de seus libertos, como Licínio, Célado e outros. Contetou-se em punir com os grilhões o escravo Cosmo, que se expressava duramente a seu respeito. Preferiu censurar o intendente Diomedes, em cuja companhia caminhava e por quem fora repentina e covardemente exposto a um javali feroz que investiu contra eles, por sua falta de coragem a fazê-lo pelo dano sofrido; e, não havendo aí má intenção, fez do grave incidente matéria de gracejo. Impeliu ao suicídio mesmo Pólo, um de seus libertos mais diletos e descoberto a corromper matronas. Mandou que fraturassem as pernas de Talo, seu secretário, porque tinha recebido quinhentos denários para revelar o conteúdo de uma carta sua. Lançou ao rio, carregados de um grande peso no pescoço, o preceptor e os escravos domésticos de seu filho Caio, que procederam com soberba e cobiça na província por ocasião de sua doença e falecimento <sup>94</sup>.

Nesse trecho, percebe-se que ao adjetivar Augusto, Suetônio o faz em oposição aos atributos pejorativos que são dirigidos aos escravos e libertos, a quem o biógrafo considera bondosas, e ao mesmo tempo merecidas as punições aplicadas pelo *princeps*. Evidencia-se que à convivência ao lado de libertos não são opostas ressalvas, em contrapartida, as punições e adjetivações negativas que são atribuídas aos escravos têm respaldo na violação de um padrão de convivência social entre imperador e seus *convivas*. Uma outra anedota também nos possibilita constatar que a relação de proximidade com o imperador não era vista como garantia de lealdade por Suetônio, para quem Augusto:

Tinha as feições tão tranqüilas e serenas quando falava ou se calava, que um dos nobres gauleses declarou aos companheiros ter sido de tal

---

<sup>94</sup> SUET. *Aug.* LXVII.1-2.

## *Filipe da Silva*

modo inibido e abalado por sua presença que, ao ter-se aproximado dele a pretexto de conversar, não o lançou de um precipício durante a travessia dos Alpes como determinara fazer <sup>95</sup>.

Sobre as relações do *princeps* com os estrangeiros no convívio de sua corte, Suetônio afirma que Augusto:

Também uniu os reis aliados entre si por acordos mútuos e foi prontíssimo promotor e patrocinador dos laços de parentesco e amizade recíprocos entre cada um deles; preocupou-se com todos, tratando-os igualmente como membros e parte do Império; costumava também oferecer um tutor aos de pouca idade ou irresponsáveis, até crescerem ou recobrem o juízo. Educou e instruiu os filhos de muitos juntamente com os seus<sup>96</sup>.

Nessa passagem Augusto é retratado no centro de uma rede clientelística envolvendo reis “estrangeiros, membros e parte do Império”, questão que acreditamos estar diretamente associada ao interesse sobre como o governo imperial deveria se comportar em relação às outras partes do Império Romano. Convém ressaltar que as províncias estão em pauta no governo imperial romano nas primeiras décadas do século II da Era Comum, principalmente sob Adriano que freqüentou de maneira significativa esses territórios<sup>97</sup>, o que nos leva presumir (juntamente com outras questões apresentadas na obra) que esse também é um referencial de análise do principado na obra de Suetônio.

A administração provincial exercida por Augusto durante o seu principado é descrita na narrativa de Suetônio que parece associar as atitudes

---

<sup>95</sup> Suet. *Aug.* LXXIX.1.

<sup>96</sup> Suet. *Aug.* XLVIII.1

<sup>97</sup> Cf. BIRLEY, Anthony R. *Op. Cit.*, p. 132-194.; SPAWFORTH, A.J.S. (2012) *Op. Cit.*, p.233-274.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

do *princeps* aos possíveis critérios empregados por ele nessa empreitada, afastando a possibilidade de haver um padrão único de administração provincial por parte do centro do Império desde Augusto.

As províncias mais florescentes e as que não era fácil nem seguro fazer governar pelos mandos anuais dos magistrados, ele mesmo as tomou seu encargo e confiou as outras, por sorteio, aos procônsoles; mas, às vezes, comutou algumas e frequentemente visitou a maior parte das de um e outro tipo. Privou da liberdade certas cidades confederadas, mas precipitadas à desgraça por desregramento, aliviou outras que eram oprimidas por dívidas e reconstruiu as destruídas pelos terremotos; concedeu a latinidade ou a cidadania às que prestaram serviços ao povo romano. Não há, segundo penso, uma província que não visitasse, excetuadas apenas a África e a Sardenha. (...) <sup>98</sup>.

Sobre as guerras provinciais, Suetônio não apresenta um consenso sobre a possibilidade de Augusto ter participado de maneira presencial ou não das guerras que moveu em seu principado:

Encarregou-se de guerras estrangeiras em apenas duas ocasiões, a primeira no conflito da Dalmácia, quando ainda era jovem, e a segunda, depois de derrotar Antônio na Cantábria. Chegou mesmo a se ferir durante a guerra da Dalmácia, quando, na frente de batalha, seu joelho direito foi atingido por uma pedra; em outra ocasião, teve uma perna e ambos os braços feridos em decorrência da queda de uma ponte. Comandou as demais por seus legados, embora por vezes, tivesse de intervir entre os panônios e germanos, ou de acompanhá-los de perto, partindo de Roma para Ravena, Milão ou Aquiléia<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> SUET. *Aug.* XLVII.1.

<sup>99</sup> SUET. *Aug.* XX.1.

A mesma questão da presença nas províncias é enfatizada em um outro trecho:

Subjugou, contudo, em parte pessoalmente e em parte por seus lugares-tenentes a Cantábria, a Aquitânia, a Panônia, a Dalmácia e toda a Ilíria, a Récia e os vindelícios e salassos, povos que habitavam os Alpes<sup>100</sup> (...)

### **Principado de Augusto, Memória Adriânica?**

Consideramos que a memória da vida e do governo de Augusto foi construída por Suetônio a partir de referenciais específicos ao regime de governo do principado e - devido à dinâmica social da memória e do seu comprometimento com o presente - são inteligíveis aos romanos nas primeiras décadas do século II da Era Comum, período em que Adriano estava no poder. Nesse sentido, o estudo da memória de Augusto na obra de Suetônio, mais do que revelar aspectos do primeiro principado, pode ajudar a compreender o modo como se lembrava de Augusto no tempo de Adriano a partir de um regime de governo específico, cuja memória social busca no passado o que lhe é ideal e inteligível no presente.

Adriano teria sido o imperador que reincorporou o modelo de principado de Augusto<sup>101</sup>, tanto de maneira explícita através da cunhagem nas moedas como *Hadrianus Augustus*, quanto implicitamente através das decisões e ações à frente do Império, sempre justificadas sob a égide da expansão imperial e da ampliação da clientela de Roma<sup>102</sup>. Também chamado de *Graeculus* (pequeno grego) e/ou filo-helênico<sup>103</sup>, Adriano tem

---

<sup>100</sup> SUET. *Aug.* XXI.1.

<sup>101</sup> SPAWFORTH, A.J.S. (2012) *Op. Cit.*, p.243.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p.243.

<sup>103</sup> BIRLEY, Anthony R. "Hadrian to the Antonines". In: BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; RATHBONE,

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

sua intervenção atestada em mais de cento e trinta cidades do Império, sendo que, a maioria dessas cidades estava localizada nas províncias orientais<sup>104</sup>.

Adriano tomou para si a tarefa outrora iniciada por Augusto de reformar os exércitos e, tanto a “tradição espartana”, vista duas vezes em suas viagens provinciais, quanto a iniciativa militar de Augusto ocorrida no século anterior, lhe serviram como modelo pragmático, levando-o a cunhar em algumas moedas a legenda *Disciplina Augusta*<sup>105</sup> para fazer referência a essa iniciativa. Em Eleusis e principalmente em Atenas, Adriano interferiu com grandiosas construções e é inegável que o *princeps* possuía uma fervorosa predileção pela cidade considerada pelos romanos como um dos berços de civilização. Para Spawforth, a atividade de Adriano na cidade ateniense seja na revitalização da paisagem ou até mesmo na política de distribuição de grãos, retoma em muitos aspectos as iniciativas movidas por Augusto e Agripa há cento e cinquenta anos antes<sup>106</sup>.

O Panhellenion, fundado entre 131 e 132 da Era Comum foi uma instituição política e religiosa pioneira no Mediterrâneo Antigo, fundada por Adriano com o intuito de unificar, sob o mesmo culto e tributo a Atenas, várias cidades gregas que pudessem comprovar alguma ligação com o que os romanos consideravam por “verdadeira Grécia”<sup>107</sup>. Para Spawforth, o critério de seleção que definia qual cidade poderia integrar o Panhellenion nos apresenta o que, para os romanos dessa época (pelo menos em âmbito governamental), era imprescindível e definitivamente garantia a helenidade de uma determinada sociedade, priorizando sempre a conexão entre a

---

D. [Eds.] *Cambridge Ancient History Volume XI*. Cambridge: University Press, 1996. p.132-194.

<sup>104</sup> SPAWFORTH, A.J.S. (2012) *Op. Cit.*, p.243.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p.244-245.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p.247.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.252.

cidade-mãe helênica (que era para os romanos a velha e verdadeira Grécia, representada pelas cidades mais nobres da Grécia Clássica como Atenas, Esparta e Argos) e as suas colônias (cidades Gregas, descendentes dos helênicos que não estivessem na Ásia) que conseguissem atestar sua conexão com a matriz helenística “europeia”<sup>108</sup>.

A necessidade de uma comprovação (ainda que mitológica) com as cidades gregas balcânicas, principalmente do período clássico, apresenta como critério de helenidade para os romanos, dentro do período Adriânico, a questão da “descendência racial” e não cultural: censura que proíbe que Alexandria, os Ptolomeus e várias outras cidades sejam classificadas como gregos<sup>109</sup>. Embora fossem letrados no idioma e, em alguns casos partilhassem uma cultura similar, os gregos que não fossem considerados descendentes das principais cidades gregas que compunham a antiga Hélade não se enquadravam nos critérios étnicos que compunham o ideal de helenismo manifestado na criação do Panhellenion e que, em última instância também revive, em partes, a oposição entre a Grécia Clássica (soberana) e a Grécia Asiática (afeminada pelo contato na Ásia e derrotada pelos romanos) já manifestada nos primeiros tempos do principado<sup>110</sup>.

Constatamos (conforme supracitado) que em várias ocasiões há a preocupação, por parte de Suetônio, em retratar a maneira pela qual a atividade militar é exercida pelo *princeps* nas províncias: questão tangível aos romanos durante o principado de Adriano, cujo exemplo maior é a Revolta de Bar Kochba<sup>111</sup>. Cabe salientar, de acordo com Spawforth<sup>112</sup> que

---

<sup>108</sup> *Ibidem*, 252-253.

<sup>109</sup> SPAWFORTH, A.J.S; WALKER, S. “The World of the Panhellenion I: Athens and Eleusis”. *The Journal of Roman Studies*, vol. 75, pp.78-104, 1985. p. 82.

<sup>110</sup> SPAWFORTH, A.J.S. (2012) *Op. Cit.*, p.233-274.

<sup>111</sup> BIRLEY, Anthony R. *Op. Cit.*, p.132-194.

<sup>112</sup> SPAWFORTH, A.J.S. (2012) *Op. Cit.*, p.233-274.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

Adriano, assim como Augusto, foi o reformador dos exércitos e a menção a essa temática, por parte de Suetônio se dá da seguinte maneira:

Promoveu mudanças e instituiu muita coisa nova nos assuntos militares, e também fez retroceder algumas características ao modo antigo. Exerceu a disciplina de forma extremamente severa. Nem sequer permitiu a cada um dos legados, a não ser a custo e exclusivamente durante os meses de inverno, visitarem suas esposas <sup>113</sup> (...)

A reformulação da moralidade grega foi assunto político tanto para Augusto quanto para Adriano que, por julgarem a contemporaneidade grega afeminada e corrompida pelo contato com os asiáticos, promoveram a restauração dos principais símbolos e discursos que remetiam ao passado clássico dos helênicos em oposição à “Grécia Asiática” que teria viciado a sociedade e as mulheres romanas. Há em Suetônio indícios da “recuperação” da mulher proposta por Augusto:

Quanto às mulheres, sequer as lutas de gladiadores – a que habitualmente se assistia de modo promíscuo antes – lhes permitiu observar a não ser das fileiras superiores. Atribuiu somente às virgens vestais um lugar apartado no teatro e em frente ao tribunal dos pretores. A tal ponto afastou todas as mulheres de qualquer espetáculo de atletas, que, nos jogos pontificais, adiou uma luta de pugilistas reclamada pelo

povo até a manhã do dia seguinte, e declarou que não lhe agradava que as mulheres viessem ao teatro antes da quinta hora<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> SUET. *Aug.* XXIV.1

<sup>114</sup> SUET. *Aug.* XLIV.2-3.

## *Filipe da Silva*

A ênfase dada por Suetônio – e possivelmente por Augusto – às mulheres, está diretamente relacionada à inserção feminina no âmbito social<sup>115</sup> a partir de um padrão moral específico<sup>116</sup>, onde a integridade feminina está diretamente associada com o que ela faz socialmente. Há também uma ênfase na questão da retomada e conservação das tradições religiosas a partir das virgens vestais que, nesse caso, seriam as únicas mulheres providas de alguma forma de privilégio.

A oposição que os romanos desenvolveram acerca das “Grécias Ocidental e Oriental” também é empregado por Suetônio na narrativa sobre a vida de Augusto. A “contaminação asiática” na oratória é marcada durante a comparação entre a sua prática com Marco Antônio e Augusto que:

Praticou um estilo elegante e sóbrio, evitando a frivolidade das sentenças e a desarmonia e, como ele mesmo diz, o “ranço das palavras arcaicas”. Teve como maior preocupação exprimir as impressões de seu espírito com a maior clareza possível (...) Na verdade, chega a acusar Marco Antônio de insânia, por preferir que antes o admirassem que compreendessem; em seguida, zombando de sua má e claudicante habilidade para escolher os modos de se expressar, acrescentou: “tu ainda hesitas se é Ânio Cimber ou Verânio Flaco que te deve servir de modelo e usas as palavras que Salústio Crispo colheu nas Origens de Catão? Ou, de preferência, julgas que a frivolidade das palavras dos oradores asiáticos, com suas frases vazias, deve ser transferida para nossa língua?”(...)<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> Para o engajamento intelectual das mulheres romanas, vide: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Romanas Por Elas Mesmas”. *Cadernos Pagu*. Volume 5, 1995. p.179-200.

<sup>116</sup> Cf. MILNOR, Kristina. *Op. Cit.*, p.25-27.

<sup>117</sup> SUET. *Aug.* LXXXVI.1-3.



### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

Embora Alexandre Magno seja evocado constantemente ao longo da biografia, Alexandria e os Ptolomeus, aparentemente não se enquadravam no padrão de helenidade<sup>118</sup> priorizado pelos romanos nesse período. Como salienta Spawforth<sup>119</sup>, os romanos desprezaram a possível contribuição helenística que estes poderiam oferecer, sendo considerados, desprezados etnicamente, humilhados e subjugados à grandeza dos romanos. A oposição entre gregos clássicos e ptolomeus, pautada na distinção étnica (em níveis de descendência) e geográfica fomentada tanto por Augusto quanto por Adriano posteriormente, é empregada por Suetônio no episódio em que Augusto:

Na mesma época, venerou o caixão e os restos de Alexandre Magno, retirado da cripta e exibido a seus olhos, com uma coroa de ouro posta em sua cabeça e flores dispersas pelo corpo; quando lhe perguntaram se também gostaria de examinar os Ptolomeus, respondeu que desejara ver um rei, não mortos<sup>120</sup> (...)

A submissão de Alexandria aos olhos dos governantes do Império no século II da Era Comum, também é narrada por Suetônio em um outro trecho onde narra uma viagem de Augusto antes de sua morte. O encontro de Augusto com os alexandrinos retrata, por um lado, o reconhecimento mútuo da soberania romana sobre os gregos e, por outro lado, mostra que a helenidade dos habitantes de Alexandria se restringe aos hábitos, à língua e às mercadorias.

---

<sup>118</sup> Sobre a relação entre os romanos com os egípcios e sua respectiva cultura à época de Adriano, vide: BERNAL, Martin. *Atenea Negra. Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica*. Barcelona: Editora Crítica (Grupo Grijalbo Mondadori), 1993. p.135.

<sup>119</sup> SPAWFORTH, A.J.S. (2012) *Op. Cit.*, p.233-234.

<sup>120</sup> SUET. *Aug.* XVIII.1-2.

## *Filipe da Silva*

(...) Navegando ele casualmente diante da baía de Putéolos, os passageiros e tripulantes de navio proveniente de Alexandria, que mal aportara, vestidos de branco, coroados e oferecendo incenso, enunciaram-lhe uma série de presságios favoráveis e louvores excepcionais: era por ele que viviam; por ele, navegavam; por ele, usufruíam de liberdade e riquezas. Muitíssimo lisonjeado por tal homenagem, distribuiu quarenta moedas de ouro a cada um de seus companheiros, exigindo deles o juramento de que apenas utilizassem a soma concedida na compra de mercadorias vindas de Alexandria. Mas também distribuiu, dentre os vários pequenos presentes oferecidos nos dias seguintes, togas e mantos gregos em profusão, com a condição de que os romanos adotassem os hábitos e a língua dos helenos e vice-versa <sup>121</sup> (...).

### **Considerações Finais.**

Ao descrever a *Vida dos Césares*, Suetônio recorre à descrição biográfica com o intuito de narrar a vida dos imperadores integralmente. Ao expor a conduta dos governantes de Roma em diversos âmbitos sociais, objetiva aferi-los a partir de padrões morais específicos, inclusive sobre a conduta e controle sobre a prática sexual<sup>122</sup>. Como salienta William Mancini Vieira, “os imperadores que mais se afastam do *mos maiorum* são representados como maus imperadores e os bons são aqueles que mais se aproximam desse ideal”<sup>123</sup>. No que tange à *Vida de Augusto*, Suetônio busca os possíveis acontecimentos que, desde antes do seu nascimento, preconizavam a grandeza de um príncipe que: reformou a religião e os exércitos em Roma, moralizou as mulheres da sociedade, não violou a

---

<sup>121</sup> SUET. *Aug.* XCVIII.2-3.

<sup>122</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. Volume III, O Cuidado de Si*. São Paulo: Edições Graal/Paz e Terra, 2011. p.96.

<sup>123</sup> VIEIRA, William Mancini. *Op. Cit.*, p.145.

### *Memória, Principado e Adriano na Vita...*

hierarquia social, preservou os costumes tradicionais, integrou as províncias através de políticas específicas, respeitou o Senado e o *cursus honorum* e, ao mesmo tempo, não se deixou influenciar politicamente pelas mulheres e libertos com quem convivia na *Aula Caesaris*.

Essas e outras questões moralizantes, entretanto, podem estar reunidas na obra de Suetônio atendendo à dinâmica político-social do principado romano à época em que o biógrafo escreve, durante o governo de Adriano. Portanto, consideramos que, se há um *mos maiorum* que determina e, na economia da obra, julga e adjetiva os imperadores (não apenas a partir do embate entre o Imperador e Senado), trata-se de um conjunto de valores morais atrelados à ordem política e social das primeiras décadas do século II da Era Comum que se manifestam através da memória social.

## Fontes

SUETONIUS. *Lives of Caesars*. With an English translation by J.C. Rolfe and Introduction by K.R. Bradley. London: Loeb Classical Library, 1998.

SUETÔNIO; AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto. Textos de Suetônio e Augusto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

## Referências Bibliográficas

ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.

BERNAL, Martin. *Atenea Negra. Las raices afroasiaticas de la civilización clásica*. Barcelona: Editora Crítica (Grupo Grijalbo Mondadori), 1993.

BÓSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOWMAN, Alan. (et al). *The Cambridge Ancient History Volume X. The Augustan Empire, 43 B.C – A.D. 69*. Cambridge: University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *The Cambridge Ancient History Volume XI. The High Empire, A.D. 70-192*. Cambridge: University Press, 2000.

BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.) *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

FARREL, Joseph. "The Phenomenology of Memory in Roman Culture". *The Classic Journal* vol.92, No.4 (April – May), 1997. p.373-383.

*Memória, Principado e Adriano na Vita...*

FAVERSANI, Fábio. “O Estado Imperial e os Pequenos Impérios”. *História*, São Paulo, v.26, n.1, p.53-62, 2007.

FEITOSA, Lourdes Conde. “Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: A Antiguidade em Nossos Dias”. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.48-49, p.119-135, 2008. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_ *Amor e Sexualidade. O Masculino e o Feminino nos Grafites de Pompéia*. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. Volume III, O Cuidado de Si*. São Paulo: Edições Graal/Paz e Terra, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Introdução a Plutarco”. In: SUETÔNIO & PLUTARCO. *Vidas de César*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

\_\_\_\_\_”Romanas por elas mesmas”. *Cadernos Pagu (Unicamp)*. Volume 5, 1995. p.179-200.

GALINSKY, Karl.(ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: University Press, 2005.

GOWING, Alain. *Empire and Memory. The Representation of Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: University Press, 2005.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio”. *Mare Nostrum*, v. 1, p. 113-127, 2010.

HÖLKESKAMP, Karl-Joachim. *Reconstructing the Roman Republic: An Ancient Political Culture and Modern Research*. Princeton: University Press, 2010.

JOLY, Fábio Duarte. “Suetônio e a Tradição Historiográfica Senatorial: Uma leitura de Nero”. *História*. São Paulo, v.24, n.2, pp. 111- 127, 2005.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography. Expanded Version*. Harvard/Cambridge: Harvard University Press, 1993.

*Filipe da Silva*

- POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.
- RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- SILVA, Uiran Gebara. "A Escrita Biográfica na Antiguidade: Uma Tradição Incerta". *Politéia* (UESB), v. 08, p. 67-81, 2008.
- SPAWFORTH, A.J.S. *Greece and the Augustan Cultural Revolution*. Cambridge: University Press, 2012.
- \_\_\_\_\_ ; WALKER, Susan. "The World of the Panhellenion I: Athens and Eleusis". *The Journal of Roman Studies*, vol.75, pp.78-104, 1985.
- VIEIRA, Willian Mancini. *Imago Claudii: As Representações de Sêneca, Tácito e Suetônio sobre o Imperador Cláudio e seu Principado*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2012.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. "Suetonius: The Scholar and His Caesars". London: Duckworth, 1983.
- \_\_\_\_\_ "Civilis Princeps: Between King and Citizen". *Journal of Roman Studies* 72. 1982. p.32-48.
- WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.